

## **O ENSINO PROFISSIONALIZANTE FEMININO EM FLORIANÓPOLIS, DE 1935 A 1983<sup>1</sup>**

Jackelyne Nogueira dos Passos<sup>2</sup>, Mara Rúbia Sant'Anna<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Escolas de Artes e Ofícios no Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda.”

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Moda – CEART – Bolsista PROBIC

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de Moda – CEART – mara.santanna@udesc.br

O presente resumo expandido se ocupa do estudo sobre a Escola Profissional Feminina de Florianópolis, entre 1935 a 1983. Busca compreender e enumerar as normativas legislativas relativas ao ensino profissionalizante feminino em Santa Catarina a partir do caso da Escola Profissional Feminina de Florianópolis, considerando o formato e possibilidades desta formação ao público feminino, conforme os diferentes momentos políticos brasileiros.

Entre 1935 e 1983 existiu na capital catarinense a Escola Profissional Feminina voltada para a educação de mulheres. Num século como o XX, em que as mulheres realizaram grandes conquistas em relação aos seus direitos civis, sociais; em que mudaram os padrões idealizados de suas aparências corporais e os papéis sociais definidos a partir de inúmeras limitações impostas por discursos patriarcais provindos de diferentes segmentos culturais, investigar como uma escola profissional, destinado ao público feminino, funcionou foi muito instigante.

O estudo buscou compreender e enumerar as normativas legislativas relativas ao ensino profissionalizante feminino em Santa Catarina, a partir do caso da Escola Profissional Feminina de Florianópolis, considerando o formato e possibilidades desta formação ao público feminino conforme os diferentes momentos políticos brasileiros.

O artigo desenvolvido com o objetivo exposto acima foi submetido a um evento nacional e teve como propósito explorar algumas fontes disponíveis, como as leis estaduais de Santa Catarina e outras de âmbito federal. Ademais, as contribuições da pesquisa contam com as fontes recolhidas pela pesquisadora, Rosane Schmitz Fernandes que, em sua dissertação de mestrado intitulada: Escola Profissional Feminina de Florianópolis: reproduções sociais e culturais “costuradas” pela educação popular (1935-1983), que reuniu os currículos adotados na escola e entrevistas com ex-alunas do estabelecimento de ensino.

A pesquisa das leis foi realizada por meio do site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por pastas digitalizadas cedidas aos pesquisadores pelos responsáveis pelo arquivo físico da instituição. As legislações federais foram acessadas pelos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Todas as fontes analisadas permitiram a investigação dos currículos da escola, sua realidade e práticas educacionais, auxiliando na compreensão da dinâmica da Escola Profissional Feminina de Florianópolis diante da concepção do feminino, sua escolarização e destinação social pelos preceitos ideológicos de diferentes décadas do século XX.

Em meio a documentação oficial e os relatos e currículos acessados, nortearam a discussão proposta por meio da seguinte questão: A grade curricular estruturada teve por finalidade preparar as mulheres para o mercado de trabalho, como preconizava a lei federal reguladora do ensino profissionalizante no Brasil ou apenas teve como propósito reproduzir o

padrão de educação para o lar, considerada como ideal pela sociedade burguesa e patriarcal às mulheres daquela época? Enfim, cabou questionar se na prática social, no âmbito histórico da sociedade, houve possibilidades de “harmonizar” o discurso político que almejava o “progresso industrial na nação” com a educação feminina da dona de casa, da mãe de família e rainha do lar.

Resumidamente, pode-se afirmar que a legislação transitou entre uma proposta de maior profissionalização das mulheres na década de 1950 e, antes e após, num modelo mais afeito à domesticidade do feminino. Logo, a Escola apesar de se chamar “profissional” não cogitou densamente a atuação de suas alunas fora do ambiente doméstico ou de profissões afeitas ao vestuário, à moda e à maternidade na dimensão privada dos lares. Os poucos cursos que não eram da dimensão doméstica diretamente, como o de secretariado e de puericultura, permaneceram por pouco tempo nas grades curriculares, entre 1942 a 1965. Logo, de maneira paradoxal a lei reforçou a condição do feminino ligado ao lar e dependente de suas funções de mãe, esposa e servidora da casa, mesmo quando ofereceu uma “escola profissional” às jovens mulheres.

Assim sendo, a escola profissional feminina de Florianópolis foi criada pelo governo estadual com o intuito de atender a um modelo feminino burguês da época, reafirmando a mulher dentro dos padrões de dona do lar, mãe e esposa. Inclusive, pela forma como se localizavam as escolas femininas no centro da cidade e os fins que se destinavam, a escola profissional, nascida de um projeto de educação popular, nunca contou com muitos esforços estaduais para estruturar a formação profissional de mulheres de poder aquisitivo pequeno e carentes.

As escolas, como Rosane Fernandes bem esclarece, foram frequentadas, maioritariamente, por mulheres de classe média e alta de Florianópolis, moradoras do centro da capital e com estrutura familiar que as permitiam ter tempos livres para os cursos. Diante deste público com maior acesso à informação, possibilidade de frequentar o ensino superior, a partir de 1960, nesta década em que as mulheres reivindicaram liberdade sexual e questionaram o casamento e a maternidade, não é de admirar que o tipo de curso que a escola oferecia fosse cada vez menos procurado até sua total extinção em 1983.

Portanto, a reprodução do modelo burguês de família e das funções do feminino (HALL,1996), presentes na proposição da formação oferecida pela Escola Profissional Feminina de Florianópolis valeu por algum tempo, porém não muito além da própria modernização da capital catarinense e da consolidação do ensino superior com a instalação da Universidade federal de Santa Catarina (UFSC), o que permitiu às mulheres jovens das classes médias e altas da cidade almejar profissões formais e não mais as prendas domésticas.

**Palavras-chave:** Escola Profissional Feminina; Florianópolis; legislação estadual.